

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



## DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /  
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 16 a 23 de junho de 2017

09 Páginas / Ano 1 / Edição nº 030



## LEIS

### LEI nº. 2650/2017

**EMENTA:** Institui a regulamentação para a compensação de créditos decorrentes de precatórios com débitos inscritos na Dívida Ativa municipal, e das outras providências.

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º.** O crédito tributário inscrito na Dívida Ativa pode ser compensado com débito da Fazenda Pública, autarquias e Fundações do Município de Jaguariáiva, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, constante de precatório judiciário pendente de pagamento.

**Art. 2º.** Poderão promover a compensação de créditos decorrentes de precatórios, débitos de quaisquer naturezas inscritos em dívida ativa até 08 de maio de 2015, independentemente do seu montante, sendo admitidos:

- a) a compensação integral ou parcial entre créditos recíprocos;
- b) a unificação de débitos distintos para compensação com um ou mais precatórios;
- c) o consórcio de devedores para fins de aquisição de precatórios e compensação;
- d) a alienação de quaisquer tipos de precatórios, independentemente da origem ou da natureza do crédito ou de sua posição na ordem cronológica de pagamento.

**Art. 3º.** É permitido ainda:

- I. O fracionamento do valor constante de precatório judiciário:
  - a) pertencentes a vários titulares quando houver interesse de todos eles em realizar a compensação;
  - b) quando o valor do precatório judiciário não for utilizado integralmente na compensação;
  - c) no caso de cessão parcial;
- II. Ao devedor incluir na compensação o valor por ele devido, relativamente às despesas processuais já pagas pelo Município e aos honorários advocatícios incidentes sobre o crédito tributário ajuizado.

**Parágrafo Único.** O valor dos honorários advocatícios incluídos na compensação deve ser repassado no prazo de 30 (trinta) dias, ao fundo indicado na Lei Municipal nº. 2640/2017.

**Art. 4º.** Os contribuintes em débito para com a Fazenda Municipal poderão negociar a compra de precatórios de terceiros exclusivamente para a finalidade de quitação de débitos inscritos em dívida ativa até 08 de maio de 2015.

**§1º.** No processo de compensação não será admitida diferença superior a 20% (vinte por cento) em relação ao crédito de precatório remanescente.

**§2º.** O Poder Executivo não promoverá o pagamento do crédito remanescente de precatório, o qual permanecerá na ordem de pagamento previamente estabelecida para o montante integral, não se convertendo em obrigação de pequeno valor.

**§3º.** Os créditos de precatórios e os débitos inscritos em Dívida Ativa serão expressos através da Certidão de Crédito de Precatório para fins de compensação e da certidão de débito para fins de compensação emitidas pelo cadastro da dívida ativa a pedido dos interessados.

**§4º.** As certidões a que se refere o parágrafo anterior representam créditos líquidos e certos para todos os fins e efeitos legais e terão validade de 60 (sessenta) dias.

**Art. 5º.** A aquisição de precatórios por terceiros será documentada através de Escritura Pública de Cessão de Créditos, em caráter irrevogável e irrenunciável, na qual constarão as seguintes cláusulas essenciais:

- I. que trata-se de cessão e crédito de precatório cuja finalidade é a compensação com débitos inscritos em Dívida Ativa Municipal;
- II. que a cessão de crédito perde a validade se a compensação não for requerida pelo contribuinte dentro de 15 (quinze) dias a contar da lavratura da escritura.

**Art. 6º.** O titular do precatório e o adquirente contam com ampla liberdade negocial.

**Art. 7º.** A compensação, de que trata esta Lei:

- I. importa confissão irretirável da dívida e da responsabilidade tributária;
- II. é condicionada a que a obrigação decorrente da decisão judicial e o crédito tributário a serem compensados não sejam objetos, na esfera administrativa ou judicial, conforme o caso, de qualquer impugnação ou recurso, ou, sendo, haja a expressa renúncia.

**Art. 8º.** A Procuradoria Geral do Município - PGM fará publicar a lista dos precatórios judiciais pendentes de pagamento pela Fazenda Pública do Município de Jaguariáiva.

**Art. 9º.** O pedido de compensação deve ser formalizado em Requerimento, do interessado devedor da Fazenda Pública Municipal, dirigido ao Secretário Municipal de Finanças, instruído especialmente com:

- I. documento emitido pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN com a indicação do valor preliminar do crédito tributário atualizado;
- II. documento comprobatório da legitimidade em relação ao precatório judiciário, do requerente pleitear a compensação;
- III. documento constando o valor devido relativo às despesas processuais já pagas pelo Município;

**§1º.** Para efetivação da compensação, o valor do precatório judiciário e do crédito tributário, observada a respectiva legislação, são apurados até a data do Parecer da PGM.

**§2º.** Os honorários advocatícios incidentes sobre o crédito tributário ajuizado devem ser, para efeito da compensação, calculados pela SEFIN, tomando-se por base a data do parecer da Procuradoria Geral do Município.

**§3º.** A iniciativa para a realização da compensação não suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de ora e dos demais acréscimos legais, nem garantem o seu deferimento.

**§4º.** É parte legítima para pleitear a compensação o devedor da Fazenda Pública Municipal que seja, também, titular, sucessor ou cessionário, a qualquer título, de precatório judiciário.

**Art. 10.** Formalizado o pedido, deve ser submetido a análise e manifestação:

- I. da SEFIN, sobre o interesse e a conveniência na realização da compensação pela Administração Pública;
- II. da PGM, sobre a possibilidade jurídica do negócio.

**Art. 11.** Atendidas as exigências previstas para a compensação, o Secretário Municipal de Finanças pode, mediante expedição de despacho, homologá-la, determinando, em seguida, as providências necessárias ao registro e a efetivação da compensação.

**Parágrafo Único.** Homologada a compensação:

**I.** ficam extintos, parcial ou integralmente, o crédito tributário e a obrigação decorrente de decisão judicial, até o limite efetivamente compensado;

**II.** subsistindo o saldo de precatório ou de crédito tributário, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns do débito ou do crédito preexistente, conforme o caso, previstas na respectiva legislação.

**Art. 12.** O Secretário Municipal de Finanças e o Procurador Geral do Município, isolada ou conjuntamente, podem expedir normas complementares necessárias à implementação da compensação de que trata esta Lei.

**Art. 13.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 19 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

### LEI nº. 2651/2017

**EMENTA:** Altera a Lei Municipal nº. 2272/2010 - Código Tributário Municipal e dá outras providências.

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º.** A Lei Municipal nº. 2272/10 - Código Tributário Municipal - passa a vigorar com as seguintes alterações:

**"Art. 80. (...)**

**§3º.** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local da prestação dos serviços ou, na falta do estabelecimento, no local do tomador exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

**XXI.** do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

**XXII.** dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do art. 115, § 2º;

**XXIII.** do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do art. 115, § 2º;

**Art. 115. (...)**

**§2º. (...)**

**I. (...)**

**1.03.** Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

**1.03.** Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

**1.09.** Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº. 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

**6. (...)**

**6.06.** Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

**7. (...)**

**7.21.** Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

**11. (...)**

**11.02.** Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

**13. (...)**

**13.05.** Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

**14. (...)**

**14.05.** Restauração, e condicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

**14.14.** Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

**16. (...)**

**16.01.** Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

**16.02.** Outros serviços de transporte de natureza municipal.

**17. (...)**

**17.24.** Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

**25. (...)**

**25.02.** Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

**25.05.** Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 19 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

### LEI nº. 2652/2017

**EMENTA:** Dispõe sobre o Serviço de Acolhimento familiar provisório de crianças e adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, denominado serviço família acolhedora.

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Fica instituído o Serviço de Acolhimento Familiar Provisório de Crianças e Adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, denominado "Serviço Família Acolhedora", como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Jaguariáiva, atendendo ao que dispõe a Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, à garantia dos direitos da Criança e do Adolescente previstos na Lei nº. 8.069/1990 e no Plano Nacional, Estadual e Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à convivência Familiar e Comunitária.

**Art. 2º.** O Serviço de Acolhimento em Programa Família Acolhedora, constitui-se na guarda de crianças ou adolescentes por famílias previamente cadastradas ao serviço e habilitadas, residentes no Município de Jaguariáiva que tenham condições de recebê-las e mantê-las condignamente, garantindo a manutenção dos direitos básicos necessários ao processo de crescimento e desenvolvimento, oferecendo meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto da Assistência Social e da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Jaguariáiva.

**Art. 3º.** Considera-se criança a pessoa com menos de 12 (doze) anos de idade, e adolescente aquele entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade incompletos.

**Art. 4º.** Para os efeitos desta Lei, compreende-se por crianças e adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, aqueles que tenham seus direitos ameaçados ou violados, em caso de abandono, negligência, maus tratos, ameaça e violação dos direitos fundamentais por parte dos pais ou responsáveis, destituição de guarda ou tutela, suspensão, perda do poder familiar e desde que verificada a impossibilidade de colocação sob guarda ou tutela na família extensa.

**Art. 5º.** O Serviço de Acolhimento em Programa Família Acolhedora objetiva: